

Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?

Uma Investigação sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e as Causas do Sucesso da Teoria Geral

Alexandre F. S. Andrada
afsa@unb.br

Universidade de Brasília (UnB)

Artigo submetido às Sessões Ordinárias do XVIII Encontro Nacional de Economia Política.

Área 1 - Metodologia e História do Pensamento Econômico.

1.2 - História do Pensamento Econômico

Resumo - O artigo parte de duas interpretações conflitantes sobre a “Macroeconomia” anterior a Keynes e as causas do sucesso da Teoria Geral. Para Robert Lucas aquela obra se caracterizou como um desvio na história das análises de flutuação dado seu rompimento com as regras metodológicas da tradição clássica até então hegemônica, e seu sucesso deveu-se não aos méritos do esquema ali adiantado, mas sim a um “feliz acidente histórico”. Olivier Blanchard, por outro lado, argumenta: o que havia antes de Keynes era uma grande diversidade de abordagens que diferiam não só no mecanismo de propagação como também na fonte do(s) impulso(s) causador(es) das flutuações econômicas. E o sucesso de Keynes deveu-se a superioridade de seu próprio aparato analítico apresentado naquela obra de 1936. Tentamos, pois, verificar qual das duas hipóteses é a mais robusta.

Abstract -This paper presents two conflicting interpretations about “Macroeconomics” state of art before Keynes’s General Theory. According to Robert Lucas Keynes’ work was characterized as a departure in the history of the analysis of economic fluctuations given its break with classical methodological rules hitherto hegemonic, and its success was due not to the merits of Keynes’ scheme, but actually because of a “fortunate historical accident”. Olivier Blanchard, on the other hand, argues: before Keynes there was a great diversity of approaches that disagree not only about the propagation mechanism of business cycles but also about the source of this phenomenon. And Keynes’s success was due to the superiority of his analytical framework. We try thus to verify which of the two hypotheses is more robust.

1 Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?

O que chamamos de “tese da ancestralidade” diz respeito ao seguinte argumento recorrente nos artigos “doutrinários”¹ de Robert Lucas: a Macroeconomia fundada por Keynes, entendida como um campo específico e particular da análise econômica caracterizou-se como um desvio na história das análises de flutuação. Para Lucas (1980, p. 689), os autores do século XX anteriores a Keynes (1992[1936]) buscavam explicar aqueles fenômenos (o então chamado “*Trade*” ou “*Business Cycles*”) a partir de um esquema “equilibrista”. Ocorre que a crise de 1929 teria sido um daqueles eventos capazes de alterar os rumos da teoria econômica². A severidade e a longa duração da subutilização dos fatores produtivos teriam tornado os economistas algo céticos em relação à capacidade explicativa dessas teorias “tradicionais”, abrindo espaço, assim, para o sucesso de Keynes.

Economists prior to the 1930s did not recognize a need for a special branch of economics, with its own special postulates, designed to explain the business cycle. Keynes founded that subdiscipline, called *macroeconomics*, because he thought that it was impossible to explain the characteristics of business cycle within the discipline imposed by classical theory, a discipline imposed by its insistence on adherence to the two postulates: (a) that markets are assumed to clear, and (b) that agents be assumed to act in their own self-interest. [...] After freeing himself of the straightjacket (or discipline) imposed by the classical postulates, Keynes described a model in which rules of thumbs, such as the consumption function and liquidity preference schedule, took the place of decisions functions that a classical economist would insist be derived from the theory of choice. (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 58).

Do excerto acima alguns pontos devem ser destacados; (i) Lucas e Sargent (1979) tratam “economistas anteriores a 1930” e “economistas clássicos” como sinônimos, negando, pois, a crítica de Hicks (1937) para o qual essa categoria era simplesmente um expediente retórico de Keynes³; (ii) Esses “economistas clássicos” definiam funções comportamentais implícita ou explicitamente a partir da teoria da escolha, entendida como a teoria comportamental na qual os agentes se comportam de acordo com uma dada hipótese de racionalidade, no caso, a maximização de lucros e utilidade; (iii) Como os “economistas clássicos” não viam necessidade de uma subdisciplina específica para estudar as flutuações somos levados a interpretar que eles as explicavam a partir do mesmo *framework* utilizado para tratar do comportamento agregado de longo prazo e/ou o comportamento individual ótimo; (iv) Em Keynes (1992[1936]) rejeitam-se os “postulados” (a) e (b), de tal forma que os agentes não se comportam de forma egoísta – algo que iremos interpretar como sinônimo de comportamento em

¹Nos referimos aos artigos polemistas de Lucas, preparados inicialmente para apresentações em conferências. Nesses artigos o autor abre mão de sua notável capacidade computacional na busca por um diálogo com um público mais amplo, como em Lucas (1977; 1980) e Lucas e Sargent (1979)

²Lucas (1980) apresenta um esboço de teoria epistemológica, enfatizando duas fontes de evolução no pensamento econômico: (i) eventos econômicos que alteram as perguntas as quais os economistas buscam responder, e; (ii) ampliação de nossa capacidade computacional

³Hicks (1937) é talvez a fonte mais conhecida dessa crítica dada a gigantesca popularidade desse artigo, mas ele não foi o único. KNIGHT (1937, p. 101), por exemplo, afirmava; “*In this chapter [“The Postulates of the Classical Economics”]. and throughout the book, his references under this phrase are, in general, the sort of caricatures which are typically set up as straw men for purposes of attack in controversial writing*”.

desacordo com a teoria neoclássica da escolha –, suas funções comportamentais são regras de bolso patentemente inferiores às utilizadas pelos economistas “clássicos” e se afasta a possibilidade de ocorrência de *market clearing*.

Sobre aquele último ponto, a afirmação “*markets are assumed to clear*” é significativamente vaga, o que deixa margem para uma série de interpretações. Na abordagem de equilíbrio geral walrasiano *market clearing* é sinônimo de excesso de demanda igual a zero em todos os (*n*) mercados da economia. Esse resultado é obtido a partir da utilização da hipótese de *tâtonnement* e/ou a existência de recontratos, de tal forma que não se observam trocas a preços distintos daqueles compatíveis com o equilíbrio (i.e., trocas falsas). Na abordagem marshalliana há expediente análogo; evita-se a complicação do desequilíbrio utilizando-se da hipótese de ajustamento instantâneo de preços. Podemos interpretar aquela afirmação, pois, como uma tentativa de Lucas e Sargent (1979) de transportarem para os primórdios da disciplina uma discussão então travada entre Novos-Clássicos e Keynesianos Desequilibristas (*Non-Market-Clearing Approach*). Esses últimos acreditavam que para se compreender a dinâmica econômica e fenômenos como o desemprego involuntário e o acúmulo indesejado de estoques era fundamental raciocinar em termos de desequilíbrio entre oferta e demanda, o que dá origem às considerações sobre rigidez de preços e salários, concorrência monopolística, esquemas de racionamento quantitativos, etc. Já os Novos-Clássicos acreditavam que todas as observações de uma série de tempo deveriam ser entendidas como realizações de um processo estocástico, explicáveis a partir das categorias fundamentais da microeconomia walrasiana (preferências, tecnologia, dotação de recursos), além da incompletude das informações. Aplicando-se o termo em seu sentido novo-clássico, *market clearing* seria, portanto, sinônimo de *continuous market clearing*, hipótese demasiadamente forte. Em uma forma mais generalista podemos interpretar a referência àquele conceito da seguinte forma: (i) explicações para os ciclos que se baseavam apenas naquelas categorias walrasianas fundamentais; ou; (ii) teorias que enfatizavam a ideia de marcada tendência endógena ao *market clearing*, de tal forma que para Lucas os economistas “clássicos” seriam equilibristas, pois acreditavam que os desajustes eram temporários e auto-reversíveis, enquanto Keynes colocara em xeque essa suposta propriedade do sistema capitalista.

Mas há um fato: a revolução keynesiana saiu-se vitoriosa. A Teoria Geral (TG daqui em diante) tornou-se referência seja na busca de verificação, rejeição ou refinamento de suas premissas e conclusões pelas três décadas seguintes. Como Lucas explica esse fenômeno? Além da especificidade do momento histórico – o qual forjara uma plateia particularmente receptiva –, o sucesso deveu-se a uma série de eventos alheios à vontade de Keynes. Eventos estes que permitiram a transformação de seu aparato verbal em uma “economia artificial” (Lucas, 1980) com maior grau de refutabilidade que os esquemas alternativos e/ou rivais.

The *General Theory* was [...] more successful than the *Treatise* not because of theoretical advances within monetary economics but because the event of the Great Depression permitted Keynes to restate the problem posed by business cycle into a form such that the theoretical methods at his disposal admitted genuine progress. It was a fortunate historical accident that at about the same time, and for reason unrelated to contemporaneous economic events, technical advances in statistical and economic theory occurred, which transformed “Keynesian economics” into something very different from, and much more fruitful than,

anything Keynes himself had foreseen. (LUCAS, 1980, p. 700-1).

Ainda que Lucas (1980) não nos informe o que, afinal, “Keynes previra”, ele nos diz que as causas desse “feliz acidente histórico” foram basicamente; (i) A transformação do aparato verbal da TG em um sistema de gráficos e equações simultâneas – isto é, um conjunto de instruções para a construção de uma “economia artificial” – realizada por Hicks (1937) e Modigliani (1944)⁴, e; (ii) O desenvolvimento da Econometria (e sua aplicabilidade àquela economia), graças principalmente aos trabalhos de Jan Tinbergen e Ragnar Frisch, que avançaram a ideia de “*descrever a economia como um sistema de equações em diferença estocasticamente perturbado, cujos parâmetros podiam ser estimados a partir das séries de tempo existentes*”. (LUCAS, 1980, p. 701). Ambos os eventos são apresentados como opostos à metodologia de Keynes, o qual é caracterizado como uma espécie de obscurantista. Avesso às ferramentas fundamentais para o progresso da disciplina, rejeitara qualquer forma de economia matemática (aqui se utiliza a famosa passagem da TG sobre o “*labirinto de símbolos pretensioso e inúteis*”), como também o uso de métodos econométricos (o que teria ficado evidente na polêmica Keynes-Tinbergen)⁵. Note-se que mesmo que Lucas trate a TG como um “desvio” ele não é capaz de associar o Keynesianismo da Síntese Neoclássica a um episódio “improdutivo”, talvez exatamente pelo fato de seus autores terem desobedecido a esses “dogmas” de Keynes.

Contrapomos essa interpretação com aquela defendida por Olivier Blanchard (2000), autor associado ao Novo Keynesianismo e simpático ao trabalho de Keynes. Sobre a “macroeconomia” anterior a TG, diz;

Pre-1940. A period [...] where confusion reigned, because of the lack of an integrated framework [...]. Business Cycle Theory was not a theory at all, but rather a collection of explanations, each with its own rich dynamics. Most explanations focused on one factor at a time: real factors (weather, technological innovations), or expectations (optimistic or pessimistic firms), or money (banks or the central bank). When favorable, these factors led firms to invest more, banks to lend more, until things turned around, typically for endogenous reasons, and the boom turned into a slump. Even when cast as general equilibrium, the arguments, when read today, feel incomplete and partial equilibrium in nature [...]. (BLANCHARD, 2000, p. 1376-7)

Já em relação às causas do sucesso da TG;

[...] the methodological contributions of the General Theory [1936] made a crucial difference. Keynes explicitly thought in terms of three markets (the goods, the financial, and the labor markets), and of the implications of equilibrium in each. [...] A quote from Pigou's [...] puts it well: “Nobody before him, so far as I know, had brought all the relevant factors, real and monetary at once, together in a single formal scheme, through which their interplay could be coherently investigated.” (BLANCHARD, 2000, p. 1378-9).

O que Blanchard (2000) sugere é que ao contrário do que afirma Lucas, não se pode falar em “economistas anteriores a 1930” e “economistas clássicos” como sinônimos. O que havia àquela época

⁴Como também as contribuições de autores com Paul Samuelson e Don Patinkin, os quais teriam fornecidos as linhas mestras de uma teoria matemática explícita de equilíbrio geral macroeconômico dinâmico; “[...] *an artificial system in which households and firms jointly solve explicit, “static”, maximum problems taking prices as parametrically given*” (LUCAS, 1980, p. 701)

⁵Sobre a Econometria, Lucas trata Keynes tanto como um inimigo da disciplina, como também responsável teórico pelas restrições *ad hoc* utilizadas na superação do problema de identificação da Econometria tipo *Cowles Commission*.

era uma grande dispersão de interpretações e métodos, alguns inclusive em moldes de equilíbrio geral walrasiano, os quais, no entanto, não possuíam o rigor sugerido por Lucas. E a TG saiu-se vitoriosa não graças unicamente a fatores exógenos, mas principalmente por sua maior sofisticação em relação às principais explicações então existentes. Blanchard (2000) apresenta, em suma, um argumento do tipo “superação positiva”.

As divergências entre as interpretações históricas de Lucas e Blanchard nos levam às seguintes questões; (I) Qual era o estado da arte em relação às investigações sobre os ciclos econômicos no período anterior à publicação da TG (e, especialmente, posteriores ao início do século XX)? A “tese da ancestralidade” de Lucas é uma reconstrução histórica bem fundamentada, ou, simplesmente, aquilo que Arida (1983) denomina de *reinvenção da tradição*? E a hipótese de superação positiva de Blanchard (2000) é robusta? (II) Quais as causas que explicam o sucesso da Teoria Geral? A verdade está mais próxima a Lucas – fatores alheios a Keynes – ou de Blanchard – superioridade do aparato analítico adiantado pela TG?

2 As Abordagens Pré-Keynesianas sobre as Causas dos Ciclos Econômicos.

Determinar a origem de uma disciplina é sempre algo passível de controvérsias. A atitude rotineira é associá-la a data de publicação de uma obra inovadora (ou mesmo sintética). É o caso d’A *Riqueza das Nações* para a Economia, e d’A *Teoria Geral* para a Macro. Do ponto de vista didático essa é uma ferramenta indispensável, mas possuidora de um viés desagradável para quem se interessa pela História das Ideias; passa-se a tomar a referência como norma, de forma que tudo o que lhe for anterior é desprezível, como sugere que o nascimento de uma disciplina deve-se exclusivamente ao gênio de um autor isolado, quando na realidade tais obras seminais são o ponto alto do esforço de gerações de cientistas.

Na Macroeconomia esse viés personalista é ainda mais acentuado. Diz-se, por exemplo, que a disciplina é fruto do século XX, ou que os autores do século XIX preocupavam-se apenas com as questões de longo prazo. Sowell (2006), porém, caracteriza a Macroeconomia Clássica – no sentido da HPE – como baseada em duas teorias fundamentais; a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda. A primeira é uma ideia equilibrista, postulando que os desajustes entre oferta e demanda são endógena e rapidamente superáveis, sustentando-se em um par de princípios secundários ⁶. Sobre as flutuações econômicas podemos, pois, voltar ao debate ocorrido nas primeiras décadas do século XIX entre Ricardo-Say-Mill e Malthus-Sismodi sobre a possibilidade de ocorrência do chamado *general glut* – polêmica que envolve a defesa ou a rejeição total ou parcial dos princípios associados à Lei de Say – não só como ponto de origem da Macroeconomia ⁷ (*supply-side versus demand-side*) como da disputa entre dedutivista e indutivistas ⁸. Este evento – uma espécie de pré-história da disciplina

⁶Ver Sowell (2006, p. 26-7).

⁷Commons, McCracken e Zeuch (1922), por exemplo, adotam esse procedimento, enquanto Sowell (1963) o rejeita veementemente, criticando inclusive a interpretação de Keynes sobre a teoria de Malthus.

⁸Ver Maclachlan (1999).

– já nos parece suficiente para rejeitar o mito dos economistas do século XIX despreocupados com as questões de flutuações de curto prazo (e note-se que estamos ignorando as considerações de Karl Marx sobre o tema).

E mais, crises de grande magnitude são eventos recorrentes na história do capitalismo, e seria bastante improvável que os estudiosos não voltassem sua atenção ao menos para essa face mais desagradável das flutuações. E será exatamente a partir da investigação desses “*espetaculares cataclismos*” – como define Persons (1925, p. 98) – que a teoria econômica irá começar a estruturar de forma mais sistemática uma análise sobre os ciclos em sua completude. Mas para que as investigações sobre “*commercial crisis*” dessem origem ao que se conhece como “*business cycle*” – isto é, a sucessão periódica de movimentos de expansão e contração na atividade econômica – era preciso que os investigadores se livrassem de três empecilhos metodológicos; as explicações exógenas (isto é, que apelavam para fatores para além do escopo da teoria econômica), as teorias dos ciclos de periodicidade determinística (geralmente associadas às teorias exógenas) e as abordagens “particularistas” (de tal forma que cada crise se devia a fatores únicos e específicos, sendo irredutíveis a uma causa – ou conjunto de fatores – comum). Essa superação não seguiu um processo linear.

Autores como Schumpeter (1935;1939), Spiethoff (1925) e Mitchell (1946[1927]) irão associar o nascimento do *business cycle* como campo independente de estudo ao lançamento do trabalho de Joseph Clément Juglar – *Des Crises Commerciales et de leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis* – de 1862. Juglar teria sido o pioneiro no uso concomitante de análise histórica, teoria econômica e dados estatísticos; pedras angulares para esse campo de estudo. A partir do escrutínio desses elementos ele pôde enxergar para além das crises econômicas, percebendo-as como parte de um movimento ondulatório nas variáveis econômicas, que ocorriam de forma similar em todos os “países avançados” (França, Inglaterra, Estados Unidos e Prússia, por exemplo). Essa interpretação (referencial, como grande parte das contribuições de Schumpeter para a HPE) ainda que mais parcimoniosa também coloca a origem da Macroeconomia algo distante do início do século XX.

Da metade final do século XIX destacam-se ainda outros três autores: John Stuart Mill, John Mills e William Stanley Jevons. As teorias de Juglar, Mills e Mill são bastante próximas, assentadas sobre o papel do crédito em uma economia monetária (ou de trocas indiretas) e seus impactos secundários sobre o nível de especulação e a “psicologia” da comunidade em cada uma das fases do ciclo (que na nomenclatura de John Mills (1868) são; o pânico, o pós-pânico, o “*revival*” e o período especulativo). As teorias desses três autores já percebem as crises como endógenas, periódicas/recorrentes e não determinísticas ⁹.

O mesmo não ocorrerá em Jevons (1879). O fato de as crises se repetirem a cada dez anos (aproximadamente, entre 1701 e 1878) e dessas coincidirem com os ciclos solares (*sunspots*) - como teria sido destacado pelo astrônomo William Herschel - pareceu-lhe evidência demasiadamente forte para ser tomada apenas como coincidência. Jevons irá determinar a causalidade do último para o primeiro. Mas incapaz de verificar ciclos tão perfeitamente sincronizados na produção agrícola europeia, irá

⁹Ainda que eles apresentem um intervalo médio de dez anos entre a ocorrência das crises, isso é resultado da simples observação da série histórica. “*This particular division of time [cycles of ten years] we accept, of course, as a simple fact of observation. The numbers of years might have been five, fifteen or twenty [...]. The one important matter is the successional order, as first suggested by the fact of periodicity; and that order is important chiefly as a guide to parallel inductions, forming gradus by which we may arrive at a true theory of cause*”. (MILLS, 1868, p. 63).

associar as crises no velho continente aos ciclos agrícolas registrados na Índia e outros países (sub e) tropicais. Assim, a variabilidade na produção daqueles países – causada pelos *sunspots* – será o impulso sobre as trocas comerciais europeias que iniciarão as crises generalizadas. Essa “coincidência”¹⁰ fez com que se desse um passo atrás, “obrigando” a partir daquele período que o autor se justificasse sobre sua posição em relação à existência ou não de ciclos determinísticos sobre as variáveis econômicas. (Besomi, 2005)

Será apenas no século XX que as explicações exógenas e/ou determinísticas e/ou particularistas irão deixarão de ser (gradualmente) levadas em conta, e por isso a associação entre o novo século e o início dos estudos de *business cycle*. Mas note-se que desde pelo menos o último quarto do século XIX já havia um conjunto definido de explicações (monetárias e agrícolas) para as flutuações econômicas, cuja “validação, rejeição, extensão e superação” era objetivo dos cientistas, os quais dialogavam uns com os trabalhos dos outros. De forma que se usando os conceitos de Stigler (1983), já se tinha ali um campo científico (ou na fronteira entre um e outro estágio) da Economia¹¹. O grau de refutabilidade das teorias era certamente prejudicado, devido a escassez/inexistência de dados estatísticos, mas isso não implica em ausência de cientificidade ou na inutilidade histórica desses estudos.

Mesmo no século XX um marco certamente mais significativo para o início da transformação das abordagens de *business cycle* é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)¹². É a partir desse período que se observa um claro salto quantitativo e qualitativo na disciplina, com as teorias “exógenas” tornando-se meras curiosidades históricas. Os fatores “operacionais” determinantes nesse processo parecem ter sido o aumento e a sofisticação dos dados estatísticos¹³ disponíveis nos países desenvolvidos, e o início da “revolução” da Contabilidade Nacional¹⁴. Eventos estes derivados do esforço de guerra e que gradualmente permitiram a verificação de teorias e hipóteses de forma cada vez mais sólida, e a consequente seleção de abordagens mais relevantes (ou mais operacionais) e/ou exclusão das menos robustas (ou menos operacionais), como também sentará as bases para o futuro desenvolvimento no campo da Econometria. Já no campo da teoria o destaque fica por conta do trabalho de 1913 de Wesley Mitchell: *Business Cycles*.¹⁵

¹⁰Coincidência que deixou de existir não só pelo comportamento errático das crises econômicas, como pelas sucessivas revisões feitas pelos astrônomos sobre a periodicidade dos ciclos solares. (Mitchell, 1946[1927]).

¹¹“A science is an integrated body of knowledge, and it is pursued and developed by a group of interacting practitioners called scientists. The validation and extension of that body of knowledge is the intellectual goal of the scientists [...] The prescientific stage is characterized in part by the incompleteness of the body of knowledge [...]. This prescientific stage is also characterized by absence of a set of interacting practitioners who are devoting a large part of their lives to the accumulation of knowledge, and hence it is characterized by the absence of cumulative progress”. (STIGLER, 1983, p. 530).

¹²Como afirma HAWTREY (1926, p. 169) “The output of literature on the subject of trade cycle has increased beyond precedent since the war”.

¹³Ver Friedman (2009).

¹⁴Ver Kendrick (1970).

¹⁵Esse trabalho é um daqueles casos de reconhecimento imediato, porém persistente. Em PERSONS (1914, p. 795) somos informados que: “In 1912 Professor Taussig state with justice that, “notwithstanding the abundant literature on crises, there is no good book on the underlying questions of principle”. During the past year three books dealing with such questions have appeared: Mitchell’s *Business Cycles*, Aftalion’s *Les crises périodiques de surproduction*, and Bilgram and Levy’s *The Causes of Business Depressions*. All three develop theories of business cycles. The first two are based upon extensive studies of the statistics of the phenomena of cycles and upon the literature of the subject [...]. Of the works named, indeed of all studies on crises, Mitchell’s *Business Cycles* takes the leading position”. Em LUCAS (1980, p. 698) temos; “For two reasons, it is easy to forge the remarkable character of the regularities that Mitchell succeeded in discovering and documenting. On the one hand, we have lived with them for so long that they seem not so much the

Esse fenômeno de sofisticação das teorias também transparece na comparação entre as resenhas de época sobre as flutuações aqui utilizadas como referência para o estado da arte da disciplina: de Kershaw (1900) quando comparada com a Patterson (1915), e a deste quando comparada com os trabalhos de Persons (1926), Mitchell (1946[1927]) e Haberler (1946[1937]).

Kershaw (1900) apresenta dois grupos de explicações para as flutuações; aquelas relacionadas às variações na produção agrícola (como a de W. S. Jevons), e aquelas baseadas no “*mental mood of capitalists and bankers*” (como a de John Mills), sendo que ele próprio desenvolve uma análise estatística baseada no primeiro tipo de explicação. O que sinaliza que às portas do século XX as explicações agrícolas para flutuações econômicas do capitalismo ainda eram um ramo relevante das teorias.

Samuels (1976), a partir das anotações de um estudante, mostra que o curso de “*Commercial Crisis and Business Cycle*” na Universidade de Harvard entre 1905 e 1906 ainda apresentava as teorias sobre as flutuações em dois grupos; “*the one maintaining that cycles are generated by such a variety of causes as to preclude generalization, and the other holding that cycles are due to permanent ‘causes’*” (SAMUELS, 1976, p. 150). A divisão de Harvard ecoa em E. M. Patterson (1915), o qual ainda distingue as teorias em dois blocos; exógenas e endógenas. No primeiro grupo estavam aquelas explicações que entendiam que o equilíbrio econômico era perturbado por eventos únicos, específicos e particulares, de forma que não haveria bases para um campo de estudo sobre as “flutuações típicas” (entre os autores destacados está Wilhelm G. F. Roscher, um dos fundadores e expoentes da Primeira Escola Histórica Alemã). E as tais “causas únicas” seriam, por exemplo; falhas nas colheitas, descoberta de minas, invenções, abertura ou fechamento de rotas comerciais ou mercados consumidores, guerras e revoluções e a depreciação cambial. (Patterson, 1915, p. 136-7). Já no segundo grupo estavam aquelas teorias defendidas por “*most writers in recent years*” para os quais “*crises tend to recur and that prosperity, crisis, and depression succeed each another with such regularity as to warrant the use of word cycle*” (PATTERSON, 1915, p. 137). Havendo regularidade (ou um padrão) nos ciclos, era, pois, possível estipular uma “lei geral das flutuações”. Essa última abordagem é subdividia em três categorias; (i) as **teorias psicológicas**, para as quais a explicação para os ciclos estava relacionada ao comportamento dos agentes econômicos (como em John Mills); (ii) as **teorias “agrícolas”** (determinísticas) – como em W. Jevons, e; (iii) as **teorias “estruturais”** ou “**institucionais**”, que explicavam as flutuações a partir de características endógenas do funcionamento das economias modernas – cujo expoente era W. C. Mitchell, em seu trabalho 1913.

Note-se que ainda em Patterson (1915) não só as teorias exógenas formam um bloco importante, como nas endógenas ainda constam teorias do tipo determinísticas. Nas resenhas de Persons (1926) e Mitchell (1946[1927]) esses dois “empecilhos” tornam-se pontos residuais, ou ainda, curiosidades históricas. Assim, o movimento de depuração que se iniciara na virada do século, ganha momento em 1915 e consolida-se em pouco mais de dez anos. Parte desse movimento será provocada exatamente pela obra de W.C. Mitchell; *Business Cycles* de 1913, graças ao minucioso levantamento e escrutínio

product of an imaginative and abstract way of organizing economic time series as simply “facts” that “everyone knows”. On the other, they are regularities that, from the point of view of most widely adopted since the 1930s, are not specially noteworthy or suggestive. The central finding, of course, was the similarity of all peacetime cycles with one another, once variations in durations was controlled for in the sense that each cycle exhibits about the same pattern of co-movements among variables as do the others”

de séries temporais.

Serão de Mitchell (1946[1927]) e de Persons (1926), aliás, as resenhas representativas dos anos 1920. Ambas são bastante próximas (como admite o próprio Mitchell).

Warren M. Persons é uma figura fundamental nos estudos quantitativos (estatísticos) do *business cycle* no primeiro quarto do século XX nos Estados Unidos. Seu currículo; professor da Universidade de Harvard, presidente da *American Statistical Association* em 1923, primeiro editor do *Review of Economic Statistics* em 1919 e diretor do *Harvard Committee on Economic Research*, sendo o responsável pelo desenvolvimento do modelo de previsão econômica utilizado pela *Harvard Economic Service*, além de ter dado contribuições seminais para estatística econômica.

Persons (1926) divide as teorias em dois grandes blocos; (i) de um lado as teorias que explicam as flutuações como resultado das características de funcionamento e desenvolvimento, e das instituições do sistema capitalista, e; (ii) de outro, as teorias que se baseiam em qualquer outra hipótese.

Wesley C. Mitchell (1874–1948), apesar de associado ao “Velho Institucionalismo” sendo discípulo de Thorstein Veblen, é ainda hoje amplamente reverenciado pelos economistas americanos, tendo passado para a história graças aos seus trabalhos pioneiros sobre as flutuações econômicas¹⁶, nos quais se utilizava de uma abordagem quantitativa/estatística (ou, para os críticos, atórica¹⁷) em busca de padrões nas séries econômicas. Seus trabalhos como *Business Cycles* de 1913 – ao qual Persons (1914) e Patterson (1915) já se referem –, *Business Cycles The Problems and Its Setting* de 1927, *Measuring Business Cycle* de 1946 (em parceria com Arthur Burns) e *What Happens during Business Cycle: A Progress Report* de 1951 são todos marcos na história da disciplina. Não bastasse isso, Mitchell foi ainda presidente da *American Statistical Association* em 1918, um dos fundadores do *National Bureau of Economic Research* (NBER) em 1920 e presidente da e da *American Economic Association* em 1924.

Mitchell (1946[1927]) inicia sua exposição distinguindo as teorias em dez blocos; (i) *The Weather*; (ii) *Uncertainty*; (iii) *The Emotional Factor in Business Decision*; (iv) *Innovations, Promotion, Progress*; (v) *The Process of Saving and Investing*; (vi) *Construction Work*; (vii) *Generalized Over-Production*; (viii) *Banking Operations*; (ix) *Production and the Flow of Money Income*, e; (x) *The Role Played by Profit Making*. Adiante, buscando simplificação, as divide em três grandes grupos; (1) **Teorias Físicas**; (2) **Teorias Emocionais** (“*Emotional*”), e; (3) **Teorias Institucionais**. As distinções de (i) a (x) não dizem respeito aos mecanismos de difusão dos choques responsáveis pelas flutuações, mas sim das próprias causas (ou impulsos).

Mas ainda que Persons e Mitchell sejam figuras de primeira grandeza é certamente de Gottfried Harbeler (1900-1995) a resenha mais famosa sobre o assunto¹⁸; *Prosperity and Depression: A Theoretical Analysis of Cyclical Movements* de 1937, obra escrita a pedido da Liga das Nações com patrocínio da Rockefeller Foundation. Harbeler foi professor na Universidade de Viena (e membro da escola austríaca) antes de trabalhar para a Liga, da qual se desligou para tornar-se professor da Universidade de Harvard em 1936. Harbeler (1946[1937]) distingue seis grandes grupos de teorias; (i) **As Teorias Puramente Monetárias** (*The Purely Monetary Theory*); (ii) **As Teorias de Sobre-**

¹⁶Ver Biddle (1996).

¹⁷Ver Koopmans (1947)

¹⁸Ver Boianovsky (2000).

Investimento (*The Over-Investment Theory*); (iii) *Changes in Costs, Horizontal Maladjustments, and Over-Indebtedness*; (iv) **Teorias de Subconsumo** (*Under-Consumptions Theories*); (v) **Teorias Psicológicas** (*Psychological Theories*), e; (vi) **Teorias “Agrícolas”** (*Harvest Theories*). Para o autor apenas (i) e (ii) forneciam explicações endógenas e consistentes para cada uma das fases dos ciclos, enquanto as demais seriam excessivamente específicas, auxiliares, e muitas vezes capazes de serem incluídas nas explicações mais sofisticadas.

2.1 Analisando as Abordagens Pré-Keynesianas a partir de Haberler

Apesar de as resenhas até aqui analisadas rejeitarem a ideia de homogeneidade e hegemonia de uma corrente “clássica”, de tal forma que a caracterização feita por Lucas e também por Keynes é no melhor dos casos, uma simplificação exagerada do passado, ainda não é possível verificar a hipótese de Lucas de que havia consenso em torno do método equilibrista e da teoria neoclássica da escolha. Para tal faremos uma análise do *framework* daqueles autores, seguindo a distinção feita por Haberler.

Começamos com as **teorias de sobre-investimento**, cujas variantes partiam do já então fato estilizado; as indústrias produtoras de máquinas e equipamentos são mais fortemente afetadas pelos ciclos do que aquelas de bens de consumo corrente (fenômeno tratado como “*vertical maladjustment*”). E essa maior variância na produção de bens de capital se deve a má alocação dos recursos produtivos, a qual se engendra durante a fase de prosperidade, levando aquele setor para além das necessidades e capacidades exigidas pelo estágio corrente da economia. As crises seriam, assim, reflexo de um problema real na oferta agregada. Entre os chamados **Neo-Wicksellianos** tais problemas de alocação teriam origem monetária. Esse grupo é particularmente importante pelo fato de incluir a figura de Friedrich Hayek, do qual Lucas (1977) retira a seguinte passagem como forma de corroborar sua tese histórica;

[T]he incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in ‘apparent contradiction, remains the crucial problem of Trade Cycle Theory;’ By ‘equilibrium theory’ we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausanne School of theoretical economics. (HAYEK, 1933 In LUCAS, 1977, p. 7).

Esse trecho é na verdade a junção de duas notas de rodapé do texto *Monetary Theory and Trade Cycle* de 1933. Necessário contextualizá-las. A primeira¹⁹ surge quando Hayek (1933) trata dos limites da estatística para a construção de sistemas teóricos (argumentação também utilizada por Schumpeter (1939) e outros tantos autores). A ideia é que a verificação de correlações estatísticas, por exemplo, não seria capaz de refutar ou suplantar as teorias derivadas a partir do sistema teórico dedutivo da economia, cujo exemplo mais bem acabado era o equilíbrio geral walrasiano. De tal forma que “[...] if [...] a theory is logically sound [...] then the best that statistical investigation

¹⁹“Cf. The analysis concerning “Argument der Wirklichkeitswidrigkeit” in the recent book by E. Carrel, *Sozialökonomische Theorie und Konjunkturproblem* (Munich and Leipzig: Duncker and Humblot, 1929), for a very acute methodological argument. He opposes the thesis of Löwe (which remains, however, despite his analysis, the basis of my own work) that the incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in apparent contradiction, remains the crucial problem of trade cycle theory”. (HAYEK, 1933, p. 13)

can do is to show that there still remains an unexplained residue of process. [...] it could never prove that the determining relationships are different character from those maintained by the theory” (HAYEK, 1933, p. 33)²⁰. Pode-se interpretar tal postura como uma crítica à abordagem quantitativa-estatística de autores como W.C. Mitchell. Já a segunda²¹ surge no seguinte contexto; Hayek divide as teorias de flutuação então vigentes em dois grupos: monetárias e não-monetárias. Essas últimas eram ainda divididas em três subgrupos: (i) as psicológicas; (ii) as que discutem a relação entre poupança e investimento, e; (iii) as que destacam as questões de técnicas produtivas. Para Hayek (1933) as teorias desse último subtipo (as únicas consistentes/coerentes em sua opinião, e que também se utilizavam do modelo walrasiano como base) tinham que apelar para causas exógenas (invenções, por exemplo) para explicar as perturbações ao equilíbrio, assim, apenas a introdução da moeda (isto é, das trocas indiretas) seria compatível com as explicações endógena sobre as causas da divergência entre oferta e demanda no curto prazo (note-se, que o *market clearing* – como definido pelos Novos Clássicos – não fazia parte do instrumental analítico do autor). Essas variações seriam irrelevantes caso afetassem a todos os preços de maneira proporcional, mas não é isto o que acontece. Partindo da hipótese wickselliana de “taxa natural de juros” (ou “de equilíbrio”), Hayek (1933) postula que expansões (retrações) monetárias implicam em reduções (*aumentos*) na taxa de juros “de mercado”, o que distorce o sistema de preços da economia, provocando uma produção excessiva (*insuficiente*) de bens de capital.

Ainda que a citação de Hayek (1933) seja algo deslocada, em linhas gerais, não seria forçoso associar o seu aparato analítico com aquele de Lucas (1975); um modelo de equilíbrio geral (simplificado) de fundamentos walrasiano que explica as flutuações a partir de perturbações monetárias. Mas há pelo menos dois problemas. Em primeiro lugar, mesmo que o walrasianismo ronde o pensamento de Hayek, objetivamente sua utilização é ainda bastante rústica e pouco operacional. Não se apresenta um modelo explícito, de tal forma que não há qualquer “instrução para a construção de uma economia artificial”. Além disso, a visão metodológica de Hayek não permaneceu inalterada ao longo de sua produção intelectual²². Em *Economics and Knowledge* de 1937, Hayek apresenta críticas severas ao método baseado no equilíbrio geral walrasiano, adiantando pontos que poderiam ser inclusive utilizados por adversários de Lucas como argumento de autoridade. Por exemplo; o autor é enfático ao afirmar que a teoria equilibrista era válida apenas quando se referia aos problemas de um único indivíduo, mas equivocada quando tratava de um conjunto heterogêneo de agentes²³. Forçoso, porém, seria associar essa mudança às ideias avançadas pela TG.

Já as **teorias reais de sobre-investimento** relegavam as questões monetárias ao segundo plano.

²⁰SCHUMPETER (1939, p. 24) apresenta crítica similar, diz: “*No statistical finding can ever either prove or disprove a proposition which we have reason to believe by virtue of simpler and more fundamental facts. It cannot prove such a proposition, because one and the same behavior of a time series can analytically be accounted for in an indefinite number of ways. It cannot disprove the proposition, because a very real relation may be so overlaid by other influences acting on the statistical material under study as to become entirely lost in the numerical picture, without thereby losing its importance for our understanding of the case*”.

²¹“By “equilibrium theory” we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausanne School of theoretical economics. The significant basic concept of this theory was contained in James Mill’s and J.B. Say’s *Théorie des Débouchés* [...]” (HAYEK, 1933, p. 19)

²²Ver Soromenho (1998) para análise exaustiva sobre este ponto.

²³Ver Hayek (1937, Pp. 37-8)

Os desajustes seriam provocados por fatores da esfera da produção como invenções, descobertas, abertura de novos mercados, etc. Entre os autores desta “escola” destaca-se Joseph Alois Schumpeter, provavelmente um dos maiores entusiastas do método walrasiano²⁴. Seu livro *Business Cycles, A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process* de 1939 – ainda que cronologicamente posterior à TG – parece-nos ser o melhor exemplo possível da tradição “equilibrista” sugerida por Lucas. Schumpeter (1939) afirma que o equilíbrio geral walrasiano não só é a norma teórica (*theoretical norm*) a partir da qual se pode fazer análises rigorosas a respeito das flutuações econômicas²⁵, como também o expediente necessário para determinar a própria Ciência Econômica como um campo independente de estudos. E mais, Schumpeter não só defende o método walrasiano como critica fortemente o marshalliano utilizado por Keynes no *Treatise on Money* (e, em grande medida, também na TG)²⁶. A caracterização feita por Schumpeter (1939) sobre sua “economia artificial” é significativamente mais exaustiva e rigorosa do que aquela de Hayek (1933), mas em ambos os casos tem-se apenas uma descrição verbal (e virtualmente não operacional) do processo econômico, de modo que os autores cometem o mesmo pecado capital (e em um grau mais elevado, segundo a epistemologia lucasiana) de Keynes.

No agrupamento “**princípio do acelerador**” estão aqueles autores para os quais variações na demanda/produção de bens de consumo têm um impacto significativamente amplificado sobre a demanda/produção de bens de capital. Destacam-se os nomes de Arthur Spiethoff e J.M. Clark. Em Spiethoff (1901) os argumentos (também puramente verbais) se desenvolvem sob um esquema implícito do tipo “fluxo circular da renda”, o qual apenas forçosamente pode ser associado a uma tradição “equilibrista” baseada na teoria da escolha. Em Clark (1917) argumenta-se que a indústria produtora de bens de capital atende a duas espécies de demanda; (i) a de manutenção e reposição do equipamento existente – que chamaremos arbitrariamente de tipo depreciação, e; (ii) a de ampliação da capacidade produtiva – tipo investimento. E cada uma dessas demandas obedece a uma regra distinta; a do tipo depreciação varia com o montante da demanda por bens finais, enquanto a depreciação depende da taxa de variação nas vendas (isto é, a “aceleração” das vendas). Assim, não seria necessário se observar uma redução no volume da demanda por bens finais para que se perturbe o equilíbrio do setor de bens de capital, mas sim que simplesmente caia sua taxa de crescimento. Não há qualquer descrição sobre o comportamento dos agentes econômicos ou da interação entre os mercados, nem mesmo uma discussão sobre as causas da “desaceleração” das vendas. O modelo implícito utilizado é patentemente de equilíbrio parcial, levam-se em conta apenas as interações entre as indústrias produtoras de bens de consumo e de bens de investimento.

As **teorias de subconsumo** são das mais antigas da Economia, recuando até os trabalhos de

²⁴Walras is in my opinion the greatest of all economists. His system of economic equilibrium [...] is the only work by an economist that will stand comparison with the achievements of theoretical physics (SCHUMPETER, 2006, p.795)

²⁵“[...] that the theory of equilibrium of stationary flow, give us the bare bones of economic logic which, however, abstract or remote from real life it may be, yet renders indispensable service in clearing the ground for rigorous analysis” (SCHUMPETER, 1939, p. 60)

²⁶“Whoever works with partial equilibria soon discover the necessity of an instrument that will enable him to handle the process going on in the system as a whole which escape his “partial” tools. He is then likely to complement his apparatus by a system of relations between social aggregates – such as total output, total income, net total profit [...]. This is the equilibrium concept used, for example, in Mr. Keynes’ *Treatise on Money* [...]. Such reasoning is at the bottom of much faulty analysis of business cycle”. (SCHUMPETER, 1939, p. 35-6).

Malthus e Sismondi. O ponto fundamental que une todos os seus subtipos é a ideia de insuficiência das rendas monetárias e/ou dos gastos em bens de consumo em relação à produção agregada de bens. Esses subtipos se caracterizam por se sustentarem em uma ou outra hipótese fundamental na explicação do descompasso entre produção e gastos; (i) é o progresso técnico, as invenções e o excessivo acúmulo de capital que provocam a tendência de que a produção supere a capacidade de consumo da sociedade; (ii) há perda de poder de compra em algum ponto da economia – via entesouramento; (iii) o excesso de poupança (*oversaving*) na mãos dos empresários acaba por provocar uma deficiência da demanda efetiva, e; (iv) rigidez relativa de salários, o que significa que os salários não variam *pari passu* com o aumento da produção, de forma que o subconsumo é derivado dos mecanismos concentradores de renda resultantes do livre funcionamento da economia. Esse grupo de autores rejeitava a Lei de Say, de forma que não é razoável associá-los a uma tradição equilibrista (ou ricardiana-walrasiana). No trabalho de J.A. Hobson, por exemplo, há sinais de um raciocínio do tipo “fluxo circular da renda”, o qual não despreza a questão das preferências e tecnologias, mas estes fatores não são causadores em si mesmos dos desequilíbrios.

A **teoria puramente monetária** de R.G. Hawtrey baseia-se em dois princípios fundamentais; (i) “*that certain monetary or credit movements are necessary and sufficient conditions of the observed phenomena of the trade cycle*”, e; (ii) “*that the periodicity of these phenomena can be explained by purely monetary tendencies, which cause the movements to take place in succession and to be spread over a considerable period of years*” (HAWTREY, 1926, p. 472). Difícil não associar essa abordagem àquela do Monetarismo. Talvez não por acaso FRIEDMAN e SCHWARTZ (1975, p. 32) nos apresentem outra leitura sobre a “macroeconomia clássica”; “*Before the Great Depression, it was widely accepted that the business cycle was a monetary phenomenon*”. Mas seja em Hawtrey (1926; 1927) ou em Pigou e Hawtrey (1929) não se identifica qualquer traço de algo próximo à “tradição equilibrista”, como tampouco de agentes racionais-maximizadores em um ambiente intertemporal.

Mesmo Arthur Cecil Pigou – o conhecido Professor Pigou – apresentado por Keynes como o economista “clássico” em seu estado mais puro, em termos de *business cycle* não pode ser caracterizado como um “equilibrista”. Sua **teoria psicológica** apresentada no livro *Industrial Fluctuations* de 1927 é próxima daquilo que Keynes discute no capítulo XII de sua obra. A similaridade é de tal forma evidente, que em sua resenha à TG, publicada em maio de 1936 (ou seja, pouco mais de dois meses após sua publicação), Pigou – apesar de todas as discordâncias e desconfortos óbvios com relação àquela obra – não se furta ao elogio dessas passagens. A ideia de que ondas de otimismo e pessimismo causam as flutuações não parece estar particularmente em consonância com as regras comportamentais “clássicas” apontadas por Lucas.

Em seu clássico trabalho de 1933 Irving Fisher é taxativo: “*The [...]. So-called cycle theory is merely one part of the study of economic disequilibrium.* (FISHER, 1933, p. 337). De modo que não parece apropriado associar sua **teoria de sobre-endividamento** (*over-indebtedness*) com os “clássicos. As **teorias de *maladjustments***, dizem respeito ao sobre-desenvolvimento de um determinado ramo da indústria provocado ou por mudanças na demanda, ou na oferta. Esse má alocação de recursos deve-se à complexidade da economia, a impossibilidade de coordenação das ações dos (*n*) empresários (de (*j*) ramos de atividade) e dos (*l*) consumidores (fazendo parte daquilo que Haberler

(1946[1937]) denomina de “*error theories of the business cycle*”). Seus defensores (F.W. Taussig, Arthur Pigou, W. Mitchell e W. Beveridge) acreditam que os erros de projeção são pró-cíclicos; durante as expansões mais investimentos são realizados, e quanto mais “distantes” (em termos temporais) a demanda estimada a ser atendida, maior a probabilidade de erro. Mitchell (1946[1927]) é um dos que destacam essa complexidade, seus “agentes representativos” são descritos a partir da ótica (velha) institucionalista, e não da neoclássica. O autor é também enfático ao afastar a utilidade do conceito de equilíbrio estático para as análises de flutuações. O equilíbrio só seria útil se alguém o definisse “*em termos de inúmeras forças em constante mudança, mudando a taxas distintas e influenciando uma as outras à medida que mudam*”, algo não disponível àquela época (Mitchell, 1947[1927], p. 186).

O que podemos concluir neste ponto é que a tese da ancestralidade de Lucas é falsa no sentido de que não havia uma clara hegemonia das abordagens “equilibristas” nas discussões sobre flutuação econômica antes da TG ou da crise de 1929. Havia, de fato, uma linha walrasiana cujos exemplos maiores são Joseph Schumpeter, com sua teoria “real” dos ciclos, e F. Hayek, e sua teoria monetária. Schumpeter é significativamente mais exaustivo do ponto de vista metodológico do que Hayek o fora, mas em nenhum dos casos se tem um modelo matemático explícito ou estrutura com um grau de falseabilidade comparável àquela da TG. A ideia de equilíbrio contínuo dos mercados (*continuous market clearing*) é um expediente metodológico cuja aplicação às análises de flutuações econômicas (no agregado) se deve aos Novo-Clássicos, de forma que é anacrônico (ou exercício de mitologia da coerência) procurá-la em autores anteriores. Já a sugestão de Lucas de que os economistas “clássicos” derivavam regras comportamentais rigorosas a partir da teoria da escolha neoclássica não parece corresponder à realidade (ao menos em termos de uma clara hegemonia).

As divisões de Lucas e Keynes sobre “economistas clássicos” tornam-se válida quando interpretadas em termos de tendência – rápida e inexorável – ao *market clearing* e suas implicações em termos de política econômica. Adágios keynesianos como “*no longo prazo estaremos todos mortos*” ou “*uma década é uma fração muito grande da vida humana*” fazem sentido particularmente quando opostos às ideias “liquidacionistas” como as de Schumpeter e Hayek, os quais, supondo uma forte tendência endógena da economia no sentido do equilíbrio (de *market clearing*), acreditavam que a intervenção discricionária da política econômica mesmo em um ambiente de depressão era contraproducente²⁷.

A caracterização de Blanchard (2000) sobre a “macroeconomia” antes de 1940 é definitivamente mais apropriada que a de Lucas; grande diversidade de hipóteses explicativas, ausência de um *framework* unificador e as teorias de aparência de equilíbrio geral ainda eram bastante rústicas. E mais; havia tal diversidade de métodos, definições, hipóteses, etc., que é provável que qualquer escola do pensamento macroeconômico (existente ou vindoura) seja capaz de encontrar (com maior ou menor esforço) alguma forma de antecipação naquele período.

3 Especulações sobre as Causas do Sucesso d’A Teoria Geral.

Discutir as causas do sucesso da Teoria Geral e da revolução keynesiana implica em discutir uma das

²⁷Ver De Long (1990).

questões seminais da Filosofia da Ciência: como avança o conhecimento científico?²⁸

O uso do termo “revolução” nos remete invariavelmente à teoria de Thomas Kuhn (2009[1962]), o qual divide a Ciência (e os cientistas) em dois tipos ideais. De um lado há a ciência normal, representada pelos manuais que compilam o “estado da arte”/“fronteira” da matéria em determinado instante do tempo. Neste caso os pesquisadores não se dedicam a questionar os fundamentos da disciplina, mas sim em utilizar os critérios hegemônicos da “boa prática científica” para solucionar problemas pontuais (*puzzles*). De outro, há os paradigmas e os cientistas dedicados à sua construção/desconstrução, isto é, trabalhos que questionam exatamente aqueles fundamentos, buscando redefinir aquelas “boas práticas”. Para Kuhn as revoluções ocorrem quando um novo paradigma se mostrar mais bem sucedido que seus rivais na resolução de problemas conhecidos, na sugestão de outros novos, bem como em melhores métodos de solução e testes. Mas isso não significa a ocorrência de superação positiva no sentido estrito do termo; os paradigmas surgem como promessas de avanço, de forma que há sempre uma dose de “fé” na adoção de um ou outro. Sob esta ótica podemos considerar a TG como iniciadora de uma revolução; não havia um paradigma hegemônico nos anos 1930. Cada autor podia tentar construir a disciplina desde sua origem. Isso transparece, por exemplo, na ausência sequer de um vernáculo comum. O significado de termos como renda, poupança, investimento – hoje tão triviais – era ainda motivo para disputas e tratados. A TG fornecera esse paradigma, de maneira que no pós II Guerra tal diversidade de abordagens como apresentada por Persons, Mitchell e Haberler não mais existia. A Macroeconomia (no sentido convencional do termo) surgiu, pois, a partir dos esforços de validação ou refutação (de partes ou do todo) do sistema de Keynes. Sobre as matérias de “fé”, o esquema de Kuhn também parece apropriado. Basta lembrar – como o fez Hansen (1936) – que Keynes não usara qualquer material estatístico na tentativa de corroborar seus pontos fundamentais, de forma que aqueles que abraçaram seu sistema o fizeram (ao menos a princípio) a partir da percepção que o método ali adiantado era potencialmente superior aos rivais.

Já a palavra “síntese” presente na denominação da escola dominante no pós II Guerra nos remete ao processo dialético de solução de controvérsias. Sob este ponto de vista – em uma forma esquemática – teria ocorrido o seguinte; havia uma tese “clássica” (ou ricardiana-marginalista-walrasiana) contra a qual se ergueu Keynes, formulando sua antítese. No processo de confronto entre as contradições de uma e outra emergiu uma síntese que abandona os pontos refutados e mantém os não refutados de uma e outra, superando-as em termos qualitativos. Neste caso a TG é apenas uma das faces da “revolução”. Essa abordagem parece ser capaz de explicar o processo de “walras-nização” experimentado pelo Keynesianismo já através do modelo SI-LL (posteriormente IS-LM) de Hicks (1937). A tese “clássica” era válida para as considerações microeconômicas e de longo prazo (de tal forma que não era necessário abandonar por completo o edifício “clássico”, i.e., walrasiano que passava a se tornar hegemônico), mas não para explicar as flutuações de curto prazo, cujo tratamento keynesiano mostrava-se superior. Sob a forma IS-LM a síntese era qualitativamente superior à soma das partes, dado que mais simples, coerente, consistente e testável que qualquer uma das duas abordagens originais tomadas isoladamente. Ainda que indissociável do pensamento marxista, a tese de evolução dialética é apoiada – com algumas considerações – por Karl Popper (2006), para o qual ela é apenas

²⁸Uma revisão exaustiva sobre o tópico está além de nosso escopo, por isso nos atemos à análise dos três principais autores a influenciar a história das ideias em Economia; Kuhn, Popper e Lakatos.

um subtipo do método de tentativa e erro (conjecturas e falsificações). O falsificacionismo de Popper traz embutida uma ideia mais imediata de superação positiva. No esquema popperiano dá-se ênfase às chamadas hipóteses ousadas (isto é, com baixa probabilidade de ocorrência) como também a ideia de que a nova teoria sujeitou-se a testes mais rigorosos, aos quais a velha teoria não resistira. Controverso determinar a hipótese ousada da TG, podemos, porém, elencar algumas que se aproximam dessa categoria; (i) o mercado de trabalho pode se equilibrar com desemprego involuntário; (ii) tese estagnacionista de longo prazo; (iii) investimento causa poupança; (iv) taxa de juros não é o preço que equilibra oferta e demanda de fundos emprestáveis; (v) reduções nos salários reais, em geral, não reduzem o desemprego, e; (vi) o aumento dos gastos públicos e uma política monetária expansionista reduzem a ociosidade dos fatores. Ainda que uma e outra tenham gerado investigações frutíferas, seja no campo da teoria pura, seja na verificação estatística, nenhuma parece ser exatamente uma hipótese “ousada”. Sobre os testes que elas suportaram, pode-se dizer que por apresentar uma teoria mais operacional, a TG sujeitou-se a testes estatísticos superiores àqueles aplicados às teorias “clássicas”. Mas são todas essas aproximações imperfeitas.

Imre Lakatos, por fim, argumenta que as revoluções científicas ocorrem quando um programa de pesquisa supera os demais em termos de progresso. Os programas de pesquisa são compostos por um núcleo duro de hipóteses temporariamente irrefutáveis e um cinturão protetor de hipóteses auxiliares (*positive heuristic*). Desta forma, falsificações (empíricas ou lógicas) no sentido popperiano não implicam e nem devem implicar necessariamente em abandono de um dado paradigma. Determina-se o progresso de um programa à medida que “*seu crescimento teórico antecipa seu crescimento empírico*”, isto é, continua a prever novos fatos com relativo sucesso. Já a estagnação dá-se quando “*seu crescimento teórico corre atrás do crescimento empírico*” de tal forma que novos fatos verificados ou descobertos por um programa rival só são explicados *ex post*. Então, se um programa explica progressivamente mais fatos que o programa rival, esse último é “eliminado”. (Lakatos, 1970, p. 100). A adesão a um ou outro programa de pesquisa tem também na teoria de Lakatos uma explicação de “fé”, isto é, de expectativa de sucesso. Pode-se, assim, analisar o sucesso da TG como resultado de uma guerra de atrito entre o programa de pesquisa ricardiano-walrasiano (equilibrista, não intervencionista) e o malthusiano-sismondiano-marxiano (insuficiência de demanda efetiva, intervencionista). A “macroeconomia clássica”, no sentido de tendência edógena ao equilíbrio, torna-se uma agenda de pesquisa degenerada a partir da longa duração da crise de 1929 e do sucesso das políticas intervencionistas praticadas mundo afora.

Esses esquemas, porém, foram desenhados na busca de explicação sobre os desenvolvimentos das Ciências de fato e de direito, e não daquelas disciplinas como a Economia. Por esse motivo, no início dos anos de 1980 alguns autores passam a destacar o papel da retórica na solução das controvérsias e no desenvolvimento de nossa disciplina. No Brasil o trabalho de Arida (1983) é ainda hoje a referência. O autor destaca alguns dos expedientes fundamentais da retórica, a partir dos quais se deve analisar as transformações observadas na disciplina; destacamos: (a) *simplicidade*, de tal modo que vale o princípio da navalha de Ockham; (b) *coerência*, que significa não fazer uso de hipóteses ad hoc, em linhas com a ideia de programa de pesquisa degenerado de Lakatos; (c) *abrangência*, de modo que a teoria deve ser capaz de explicar toda (ou o máximo) evidências empíricas disponíveis; (d) *generaliz-*

dade, o que significa que a teoria em disputa deve ser capaz de subsumir seus adversários como casos particulares, e; (e) *formalização*, ou seja, o argumento passível de formalização é visto como superior àquele apresentado literalmente. Essas categorias em conjunto aparentemente explicam a ascensão da Síntese Neoclássica, mas não da TG. E mais, simplicidade e generalidade, por exemplo, são conceito subjetivos (e ainda assim poucos foram aqueles que viram na TG um texto simples). E mesmo que a TG fosse mais formalizada que Hayek e Schumpeter (e, definitivamente, o era), ela era inferior neste aspecto às teorias de Kalecki e outras apresentadas na resenha de Tinbergen (1935), de forma que o formalismo não explica o sucesso de Keynes. O que aqui parece útil é notar que a retórica polemista de Keynes tenha alcançado seus objetivos, quais sejam, o convencimento não do adversário, a partir da análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim da “plateia”. Isso transparece na resenha de Schumpeter (1936);

Those who had the opportunity to witness the expectations of the best of our students, the impatience they displayed at the delay in getting hold of their copies, the eagerness with which they devoured them, and the interest manifested by all sectors of Anglo-American communities that are up to this kind of reading (and some that are not) must first of all congratulate the author on a signal personal success, a success not in the least smaller in the cases of negative reaction than in those in which the book elicited fervent admiration. The unfavorable reviews in a sense but testify to the reality of that success [...]. (SCHUMPETER, 1936, p. 791).

Essa breve revisão sobre o problema da epistemologia já parece deixar claro que não há nenhuma explicação simples para esse tipo de fenômeno, de forma que só podemos aceitar (*ex ante*) as hipóteses de Lucas ou de Blanchard como aproximações imperfeitas da verdade.

A hipótese explicativa de Lucas (1980) baseia-se no seguinte contrafactual: “*não fossem a crise de 1929 e os trabalhos de Tinbergen, Hicks e Modigliani a TG não teria sido bem sucedida*”. Trata-se de uma hipótese histórica irrefutável. Uma investigação nela baseada, ainda que possa gerar exercícios mais ou menos interessantes, não permite uma conclusão convincente, já que deixa margem para qualquer tipo de considerações arbitrárias (dado que não existe o grupo de controle “o mundo sem a crise de 1929, Tinbergen, Hicks e, Modigliani”). E mais; como as Ciências são construções coletivas, seria bastante obscurantista acreditar que pode ou deve existir um autor cujo sistema de análise é autossuficiente, não requerendo esforços de seus pares com o objetivo de verificação, ampliação, sofisticação, simplificação ou refutação de partes ou do todo (o que inclui a associação entre conhecimentos aparentemente contraditórios ou não relacionados). Mas apesar dos vícios metodológicos, existem evidências capazes de “falsear” a hipótese de Lucas. Um primeiro ponto a ser destacado é o impacto da crise de 1929 sobre o pensamento (macro) econômico. Trata-se de uma questão controversa. Stigler é um dos que rejeitam a ideia de as teorias serem determinadas por conjunturas históricas; “*It may be (though I somewhat doubt) that Keynes’s General Theory was the product of the Great Depression, but if so it is one of the very few great events that have affected the basic theory*” STIGLER (1965, p.7). Já Robert Solow (1997, p. 47) afirma que TG é “*indubitavelmente relacionada com a depressão dos anos 1930*”. É certo que a crise de 1929 foi um momento sem precedentes na história do capitalismo, mas ao se afirmar que a TG é fruto daquela circunstância, permite-se também

afirmar que não fosse a crise se estaria ainda hoje debatendo o significado de renda, poupança e investimento. Os eventos econômicos não são capazes por si mesmos de alterar os rumos da teoria, o que eles provocam é a mudança de interesse entre um ou outro ramo da disciplina. Esse interesse ampliado pode resultar apenas em um aumento na velocidade de refinamento da teoria hegemônica, e não necessariamente na mudança de paradigma. Se os fatos estão em patente contradição com os resultados da teoria hegemônica, cria-se um ambiente favorável para uma “revolução”, mas ela ainda requer uma teoria (ao menos aparentemente) mais robusta. De nossa parte não conseguimos identificar nenhuma alteração significativa nos rumos da disciplina a partir de 1929. Outro ponto; a crise de 1929 não foi capaz sequer de alterar os rumos da política econômica em um primeiro momento (De Long, 1990).

Sobre o modelo IS-LM tem-se o seguinte. O artigo “*Mr. Keynes and the “Classicals”: A Suggested Interpretation*” publicado em abril de 1937 na *Econometrica* é resultado de uma apresentação feita por John Hicks em uma reunião da *Econometric Society* realizada em setembro de 1936 na cidade de Oxford, na qual uma das sessões foi dedicada exclusivamente à análise do sistema de Keynes²⁹. Ali outros dois autores apresentaram seus modelos simplificados da TG; John Meade e R.F. Harrod. A contribuição de Harrod apareceu como artigo na *Econometrica* em janeiro de 1937 sob o título de *Mr. Keynes and Traditional Theory*, enquanto o trabalho de John Meade – *A Simplified Model of Mr. Keynes’ System* – foi publicado na *Review of Economic Studies* em fevereiro de 1937. E esses três não foram os únicos. Em junho de 1936 D.G. Champernowne publica artigo intitulado *Unemployment, Basic and Monetary: the Classical Analysis and the Keynesian*, no qual apresenta uma comparação entre o modelo clássico e o keynesiano a partir de sistemas de equações e de gráficos; e em junho de 1937 W.B. Reddaway apresenta uma resenha à TG na qual também há uma tradução matemática da obra. Ou seja, tem-se pelo menos cinco modelos matemáticos da TG apresentados no intervalo de pouco mais de um ano desde sua publicação. E alguns desses modelos – como o de Hicks e de Reddaway – eram virtualmente iguais e nenhum dos dois apresenta equações revolucionárias; são todas obtidas explícita (como a LM) (Keynes, 1992[1936], p. 160) ou implicitamente (IS) no texto original da TG. O que esses autores parecem fazer é expor o “esqueleto” do sistema de Keynes (investimento é função simplesmente dos juros, e não da eficiência marginal do capital e do estado das expectativas; a poupança é função da renda; e a demanda por moeda é função apenas da renda e da taxa de juros). Uma evidência favorável a essa interpretação está no fato de Keynes jamais ter apresentado críticas ao modelo de Hicks. Se essa simplificação acabou por deturpar o esquema keynesiano é uma discussão que extrapola nosso escopo. Enfim, estamos afirmando que caso não tivesse sido Hicks outro autor teria desenvolvido o modelo IS-LM? É perigoso apoiar-se em qualquer forma de determinismo histórico, mas neste caso acreditamos que a resposta é positiva; não fosse Hicks outro autor teria desenvolvido algo bastante próximo. Em uma forma mais parcimoniosa podemos afirmar que é extremamente forçoso afirmar que “sem IS-LM, nada de Keynes”, antes pelo contrário, o mais

²⁹“The sixth European meeting of the Econometric Society was held in New College, Oxford, England, from September 25th to 29th, 1936. The first session on Saturday morning the 26th, was devoted to a symposium on “Mr. Keynes’ System.” Mr. J. E. Meade (Hertford College, Oxford) presented “A Simplified Model of Mr. Keynes’ System” [...] Contributions to the symposium by R.F. Harrod (Christ Church, Oxford), and Dr. J. R. Hicks (Gonville and Caius College, Cambridge), have been published in *Econometrica*”. (BROWN, 1937, p. 361-363).

razoável é afirmar que “sem Keynes, nada de IS-LM”³⁰. Solow (1997) parece reforçar essa tese;

The General Theory was and is a very difficult book to read. It contains several distinct lines of thought that are never quite made mutually consistent. It was an extraordinarily influential book for my generation of students [...], but we learned not as much from it? It was, as I said, almost unreadable as from a number of explanatory articles that appeared on all our graduate-school reading lists. These articles reduced one or two of those trains of thought to an intelligible model, which for us became “Keynesian economics.” The most important of those articles were by John Hicks and Oskar Lange, but there was a whole series of them, by Brian Reddaway, David Champernowne, and others. (SOLOW, 1997, p. 48)

Mas o que explica então o fato de o modelo de Hicks ainda hoje ser utilizado nos manuais introdutórios da disciplina, enquanto os demais se tornaram curiosidades históricas? Não há uma resposta trivial. De Vroey e Hoover (2004) apontam os recursos gráficos de Hicks como fundamental em sua vitória. Acharmos essa hipótese relevante (ainda que insuficiente); tratar o conjunto da economia em um gráfico bidimensional com duas curvas que se deslocam a partir de choques das mais variadas espécies ainda é uma ferramenta pedagógica (e retórica) poderosa. O recurso gráfico também amplificava uma característica ainda mais fundamental do modelo; sua flexibilidade. Através do modelo IS-LM pode-se discutir, por exemplo, a teoria “agrícola” (via deslocamentos na IS), as puramente monetárias (via deslocamentos na LM), aquelas que destacam a instabilidade dos investimentos (deslocamento da curva IS), as baseadas em aspecto psicológico (deslocamentos em ambas as curvas), etc. Além disso, a eficácia da política fiscal e monetária pode ser discutida em termos de elasticidade mensuráveis, de modo que o modelo não assume *ex ante* os resultados da intervenção governamental na economia.

Sobre a importância da Econometria não iremos nos alongar. Se Keynes era ou não um entusiasta dessa disciplina é um evento de segunda ordem³¹, mas o fato de seu sistema de análise ser mais propenso a testes e refutações estatísticas – como o próprio Lucas admite – mostra que sua teoria tinha um grau de cientificidade maior (no sentido popperiano) que as rivais. E esses testes são anteriores (ou melhor, inicialmente independentes) ao modelo de Hicks, como mostram os exercícios sobre o multiplicador, a propensão marginal a consumir, os movimentos dos salários, as elasticidades renda e juro das variáveis relevantes, etc.

Já a hipótese de Blanchard (2000) é certamente mais intuitiva que a de Lucas; a TG saiu-se vitoriosa, pois era superior às teorias então existentes. Mas ela também é falha; o autor não apresenta qualquer evidência de que o sistema de Keynes era superior aos demais, como também – excetuando-se a citação de Pigou – de que teria sido realmente Keynes o primeiro a raciocinar em termos de equilíbrio simultâneo nos três mercados (sobre este último ponto, ainda que tenha sido de fato Keynes o primeiro a fazê-lo, o pioneirismo nem sempre é garantia de sucesso ou reconhecimento). Além disso, as explicações baseadas puramente na hipótese de superação positiva são fortemente controversas.

Acreditamos que a TG deve seu sucesso ao fato de ser superior às teorias rivais em termos de operacionalidade. As relações de causas e efeitos ou são mais simples (no sentido de testáveis) ou

³⁰ Isso não significa em hipótese alguma desmerecer as contribuições de John Hicks à Ciência Econômica. Na década de 1970 o próprio autor declara sua insatisfação com o aparato e julga-o superestimado.

³¹ A obra definitiva sobre este tema controverso nos parece ser a de Patinkin (1976).

mais sofisticadas (no sentido de não mecanicista). Essa característica acentuou-se – aos olhos dos economistas americanos, principalmente – a partir da construção e desenvolvimentos do modelo IS-LM. Sobre a crise de 1929 parece razoável imaginar que sua longa duração tenha, de fato, criado a impressão (independentemente se correta ou não) de que a ideia de tendência endógena ao equilíbrio fora refutada. A postura *laissez-faire* poderia ser contraproducente, enquanto a de Keynes de “economistas como dentistas” – i.e., capazes de resolver questões concretas de interesse imediato – deve também ter sido particularmente atraente para os jovens e futuros economistas, já que justifica a existência da profissão para além do interesse acadêmico ou empresarial. Como afirma FOURCADE (2006, p. 162-3). “[...] *the worldwide expansion of economics relied first and foremost on the idea, institutionalized broadly in the postwar period, that economic development and growth can be engineered, or that poorly performing economies can be fix*”. Caso os ciclos não pudessem ser eliminados ou gerenciados, o papel e a importância do economista se reduzem.

Conclusão

Retomando; a caracterização da “Macroeconomia Clássica” feita por Lucas, sugerindo a existência de uma clara hegemonia do método neoclássico/walrasiano com regras comportamentais derivadas dos primeiros princípios da racionalidade microeconômica é notadamente equivocada. Ou seja, a “Tese da Ancestralidade” é uma “reinvenção da tradição”. Neste ponto a interpretação de Blanchard (2000) é não só superior à de Lucas, como bastante apropriada.

Sobre as causas do sucesso da TG, as “hipóteses” de Lucas têm um claro objetivo polemista, e não o compromisso com uma análise histórica rigorosa. Creditar o sucesso do keynesianismo ao modelo IS-LM é tomar a consequência como causa. O estudo da origem desse modelo mostra-o como apenas a faceta mais popular e longeva de um esforço de simplificação do sistema de Keynes, mas certamente não a única. E mais, a TG possuía um grau de formalização superior aos padrões médios da época. De forma que tratar Keynes como um inimigo da matemática *per se* é uma redução aborrecida de sua crítica ao formalismo. Sobre a econometria, se Keynes a considerava uma espécie de “alquimia”, a crítica de Lucas veio “demonstrar” que talvez ele estivesse certo. Pelo menos em termos generalistas; aqueles exercícios não eram suficientemente robustos para atender suas ambições originais. E Keynes não está sozinho, mesmo Hayek e Schumpeter, como vimos, colocavam a estatística em segundo plano em relação à teoria econômica pura. Mas neste caso a hipótese de Blanchard de superação positiva estrita tampouco é suficiente.

Quais então as causas para o sucesso do keynesianismo? Como vimos essa é uma questão que mesmo os filósofos da ciência, cujo objeto de estudo é exatamente esse, não têm uma resposta exata. Mas analisando esses eventos na Macroeconomia, da ascensão do keynesianismo, do monetarismo e do novo-classicismo, especulamos que eles requerem as seguintes propriedades; (i) É preciso que uma determinada escola (ou tradição) seja capaz de apresentar uma figura que seja não só um grande teórico, como também um importante metodologista e um talentoso polemista. Ainda que o papel de teórico acabe se perpetuando sobre os demais, ele não é suficiente. Quantos grandes teóricos foram incapazes de arregimentar sequer um par de estudantes que o seguissem? O que dirá de revolucionar

uma disciplina. Sobre o metodologista, goste-se ou não, é evidente que os mais populares trabalhos sobre o tema são aqueles elaborados - ainda que incidentalmente ou não intencional - pelos “grandes teóricos” (Keynes, Friedman e Lucas, por exemplo). A dimensão de polemista, destacada pelo aparato da Retórica, é também fundamental. A capacidade de despertar ódio e paixão e de ser capaz de se comunicar com o grande público (inclusive da “tribo” dos economistas, mas necessariamente apenas a ela) são fundamentais e estão presentes em Keynes, Friedman e Lucas. (ii) Do ponto de vista da teoria adiantada, a adoção de um ou outro paradigma tem uma porção de “fé” como destacam Kuhn e Lakatos, mas é fundamental que o programa de pesquisa/paradigma seja capaz de pelo menos gerar perguntas antes desconhecidas, abrindo um novo campo de investigação. O trabalho de Keynes desde sua publicação já despertou a reação de uma série de autores na busca de verificação ou rejeição de pontos ali apresentados. O mesmo ocorreu com Lucas; ainda que seu modelo equilibrista dos ciclos e a econometria (de fato) estrutural só tenham se tornado realidade anos depois de suas declarações de intenções, o estudo das consequências de *policies* na presença de agentes racionais no sentido muthiano, por exemplo, tornou-se realidade imediatamente. (iii) Por fim há que se destacar a importância da conjuntura histórica. E neste ponto é preciso cautela. A realidade objetiva não é capaz por si só de alterar as teorias científicas, nisso nos parecem corretas as colocações de Stigler. Assim, não é correto afirmar que a TG é “fruto da Grande Depressão” ou que a reação Novo-Clássica é “fruto da estagflação dos anos 1970”. Os eventos históricos são importantes na medida em que falseiam (ao menos em aparência) a teoria vigente, mas é necessário que surja uma teoria alternativa capaz de explicar não só aquela circunstância como novos fatos e sugerir novos problemas. Nesse aspecto a ideia de programa de pesquisa progressivo e degenerado de Lakatos parece bastante apropriada.

Referências

ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. Texto para Discussão PUC-RJ, No 54, 1983.

BESOMI, D. Clément Juglar and the Transition from Crises Theory to Business Cycle Theories. Paris 2, Dezembro 2005.

BIDDLE, J. A Citation Analysis of the Sources and Extent of Wesley Mitchell's Reputation. HOPE, 28:2, pp. 137-169. (1996).

BLANCHARD, O. What Do We Know about Macroeconomics that Fisher and Wicksell Did Not? Quarterly Journal of Economics, Vol. 115, No. 4 (Nov., 2000), pp. 1375-1409

BOIANOVSKY, M. In Search of a Canonical History of Macroeconomics in the Interwar Period: Haberler's Prosperity and Depression. Revista Brasileira de Economia, 54(3), pp. 303-331, Rio de Janeiro, (2000).

BROWN, E. H. P. Report of the Oxford Meeting, September 25-29, 1936. Econometrica. Vol. 5, No 4, pp. 361-383. (1937).

CLARK, J. M. (1927) Business Acceleration and the Law of Demand: A Technical Factor in Economic Cycle. Journal of Political Economy, Vol. 25, No 3 (Mar., 1917), p. 217-235,

COMMONS, J.R.; McCracken, H.L.; ZEUCH, W.E. (1922) Secular Trends and Business Cycles: A Classification of Theories. *The Review of Economics and Statistics* vol. 4, No 4 p. 244-263, (Oct. 1922),

De VROYE, M & HOOVER, K. D. Introduction: Seven Decades of the IS-LM Model. *History of Political Economy*, 36, pp. 1-11. (2004)

De LONG, J. B. "Liquidation" Cycles: Old-Fashioned Real Business Cycle Theory and the Great Depression. NBER Working Paper No. 3546. 1990.

FISHER, I. The Debt-Deflation Theory of Great Depressions. *Econometrica*, Vol. 1, No. 4, pp. 337-357. (Oct., 1933)

FOURCADE, M. The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics. *American Journal of Sociology*, Vol. 112, No. 1 (July 2006), pp. 145-194

FRIEDMAN, W. A. (2009) The Harvard Economic Service and the Problems of Forecasting. *Journal of History of Political Economy*, 41: 1. P. 57-88.

FRIEDMAN, M. & SCHWARTZ, A. J. Money and Business Cycles in NBER (ed.) *The State of Monetary Economics*, pp. 32-78. 1975

HABERLER, G. Prosperity and Depression. A Theoretical Analysis of Cyclical Movements. 3rd Edition, USA, 1946 [1937].

HANSEN, A. H. Mr. Keynes on Underemployment Equilibrium. *Journal of Political Economy*, Vol. 44, No. 5 (Oct., 1936), pp. 667-686

HAWTREY, R.G. (1926) The Trade Cycle, *The Economist*, 75, P. 169-85. In HAGEMANN, H. (ed.) *Business Cycle Theory, Selected Texts 1860-1939*, Vol. III, Monetary Theories of the Business Cycle, London, 2002.

HAWTREY, R.G. The Monetary Theory of the Trade Cycle and Its Statistical Test. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 41, No 3 (1927),

HAYEK, F. Monetary Theory and the Trade Cycle. 1933.

HAYEK, F. Economics and Knowledge. *Economica New Series*, Vol. 4, No. 13, p. 33-54. Feb., 1937.

HICKS, J.R. Mr. Keynes and the "Classics"; A Suggested Interpretation. *Econometrica*, Vol. 5, No. 2, pp. 147-159. (Apr., 1937)

JEVONS, W.S. (1879) The Periodicity of Commercial Crises, and its Physical Explanation. *Statistical and Social Inquiry Society of Ireland*, Vol. VII, Part LIV, pp 334-342. Pp. 334-342, (August. 1879)

KENDRICK, J. W. The Historical Developments of National-Income Accounts. *Journal of History of Political Economy*, Vol. 2, pp. 284-315, (1970).

KERSHAW, J. B. C. An Investigation of the Causes of Trade Fluctuation. *Economic Journal*, Vol. 10, No. 40 pp. 474-486. (Dec., 1900).

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Ed. Atlas S.A. São Paulo, SP. (1992).

KNIGHT, F. H. Unemployment: And Mr. Keynes's Revolution in Economic Theory. *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, Vol. 3, No. 1, pp. 100-123. (1937)

- KOOPMANS, T. C. Measurement without Theory. *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 29, No 3, pp. 161-172. (Aug. 1947)
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Ed. Perspectiva. São Paulo-SP, 2009[1962].
- LAKATOS, I. History of Science and Its Rational Reconstructions. *Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, Vol. 1970, pp. 91-136. (1970)
- LUCAS Jr., R. E. (1975) *An Equilibrium Model of Business Cycle*. **Journal of Political Economy**, Vol. 83, No. 6, pp. 1113-1144
- LUCAS Jr., R. E. *Understanding Business Cycle*. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy** 5, 7-29. (1977)
- LUCAS Jr., R. E. *Methods and Problems in Business Cycle Theory*. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 12, No. 4, Part 2: Rational Expectations, pp. 696-715. (1980)
- LUCAS Jr., R. & SARGENT, T. After Keynesian economics. Federal Reserve Bank Boston Conference; After the Phillips curve: persistence of high inflation and high unemployment (1979)
- MACLACHLAN, F. C. The Ricardo-Malthus Debate on Underconsumption: A Case Study in Economic Conversation. *Journal of History of Political Economy*, 3: 13, pp. 563-574. (1999)
- MILL, J. S. (1862) Influence of Credit on Prices in HAGEMANN, H. (ed.) *Business Cycle Theory*. Selected Texts 1860-1939. Pickering and Chatto, p. 29-54, (2002).
- MILLS, J. (1867) On Credit Cycles and the Origin of Commercial Panics. In HAGEMANN, H. (ed.) **Business Cycle Thoery**. Selected Texts 1860-1939. Pickering and Chatto, p. 55-88, (2002).
- MITCHELL, W. C. *Business Cycles. The Problem and Its Setting*. National Bureau of Economic Research, Inc. 13th Priting, New York, (May 1949).
- MODIGLIANI, F. Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money. *Econometrica*, vol. 12, Issue 1, 45-88. (1944).
- PATINKIN, D. Keynes and Econometrics: On the Interaction between the Macroeconomic Revolutions of the Inter-war Period. *Econometrica*, Vol. 44, No. 6, pp. 1091-1123. (1976)
- PATTERSON, E. M. The Theories Advanced in Explanation of Economic Crises. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 59, pp. 133-147, (May 1915).
- PERSONS, W. M. Books on Business Cycles: Michell, Aftalion, Bilgram. *Business Cycles* by Wesley Clair Mitchell; Lea (sic) *Crises periodiques de surproduction* by Albert Aftalion; *The causes of business depressions* by Hugo Bilgram, Louis Edward Levy. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 28, No. 4, pp. 795-810. (1914)
- PERSONS, W. M. Theories of Business Fluctuations. *The Quartely Journal of Economics*, Vol. 41, No 1, pp. 94-128. (Nov. 1926).
- PIGOU, A.C. Mr. J. M. Keynes' General Theory of Employment, Interest and Money. *Economica New Series*, Vol. 3, No 10, pp. 115-132. (1936).
- PIGOU, A. C. & HAWTREY, R. G. The Monetary Theory of the Trade Cycle. *Economic Journal*, Vol. 39, No 156, p. 636-643, (1929).
- POPPER, K. *Conjecturas e Refutações*. Ed. Almedina, Portugal. (2006[1963]).
- SAMUELS, W. J. The Teaching of Business Cycle in 1905-1906: Insight into the Development of Macroeconomic Theory. Vol. 4, No 1, pp. 140-162. (1972).

- SCHUMPETER, J. The Analysis of Economic Change. *Review of Economics and Statistics*, Vol. 17, No 4, p. 2-10. (May, 1935)
- SCHUMPETER, J. *Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. McGraw-Hill Book Company, New York. 1939.
- SCHUMPETER, J. *Histoy of Economic Analysis*. Taylor Francis e-Libray. UK, 2006.
- SOLOW, R. How Did Economics Get That Way and What Way Did It Get? *Daedalus*, Vol. 126, No. 1, pp. 39-58, (Winter, 1997).
- SOROMENHO, J. E.C. Os Novos-Clássicos e a Teoria dos Ciclos de Hayek. *Revista de Economia Política*. Vol. 18, No 3 (71), 1998.
- SOWELL, T. The General Glut Controversy Reconsidered. *Oxford Economic Papers*, New Series, Vol. 15, No 3, pp. 193-203. (Nov. 1963).
- SOWELL, T. *On Classical Economics*. Princeton University Press. 2006.
- SPIETHOFF, A. Preliminary Remarks to a Theory of Overproduction, 1901. In HAGEMANN, H. *Business Cycle Theory. Selected Texts 1860-1939*. Pickering and Chatto, London, 2002.
- STIGLER, G. *Essays in the History of Economics*. University of Chicago Press, Chicago-IL, 1965.
- STIGLER, G. Nobel Lecture: The Process and Progress of Economics. *Journal of Political Economy*, Vol. 91, No. 4, pp. 529-545. (1983)
- TINBERGEN, J. Annual Survey: Suggestions on Quantitative Business Cycle Theory. *Econometrica*. Vol. 3, No., pp. 241-308 3 (Jul., 1935)
- WICKSELL, K. *Interest and Price*. Sentry Press, New York, N.Y. (1962 [1936])
- WICKSELL, K. The Enigma of Business Cycle (1907) In HAGEMANN, H. (ed.) *Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939. Vol II, Structural Theories of the Business Cycle*. Ed. Pickering and Chatto Ltd London (2002).